

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.916 - MG (2019/0099125-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : V H T DA R (PRESO)
ADVOGADO : DIVINO DAVID - MG184968
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO.

Recurso em *habeas corpus* prejudicado.

DECISÃO

Este recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **V H T da R**, que buscava a concessão da liberdade provisória, perdeu o objeto.

Em consulta à página do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na internet, constatei que, em 7/6/2019, o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ituiutaba/MG (Autos n. 0004628-75.2019.8.13.0342) proferiu sentença condenatória em desfavor do recorrente. Na oportunidade, foi mantida a prisão.

A sentença condenatória constitui novo título judicial a motivar a custódia cautelar, razão pela qual prosseguir na análise deste feito implicaria inadmissível supressão de instância. Afinal, o novo decreto não foi ainda submetido à análise da instância originária.

Confira-se o seguinte julgado deste Superior Tribunal:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. CONDENAÇÃO. EXAME DO MÉRITO. PARCIAL PREJUÍZO. SÚMULA N. 691 DO STF. SUPERAÇÃO. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. GRAVIDADE ABSTRATA DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM CONCEDIDA.

1. Havendo sido prolatada sentença condenatória em desfavor de um dos pacientes, ainda que lhe tenha sido vedado o direito de apelar em liberdade, é de se julgar prejudicado o exame do *habeas corpus* quanto à higidez dos fundamentos invocados originariamente pelo Juízo de primeiro grau para imposição de sua custódia preventiva, para não incorrer em supressão de instância.

[...]

(HC n. 423.213/SP, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 4/6/2018).

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Posto isso, **julgo** o recurso em *habeas corpus* **prejudicado**.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

